RELATÓRIO RESUMIDO

PROJETO ATUAÇÃO EM REDE: CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ACOLHIMENTO, INTEGRAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL

SIMPÓSIO REFUGIADOS E MIGRANTES EM RORAIMA: COMO ACOLHER E INTEGRAR? E OFICINAS TEMÁTICAS

22 A 24 DE NOVEMBRO DE 2018
BOA VISTA, RORAIMA

Realização:

ESMPU
PFDC Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
MPF Ministério Público Federal
MPT Ministério Público do Trabalho
DPU Defensoria Pública da União
OIM ONU Migração
conectas direitos humanos
IMDH
UNHCR ACNUR Agência da ONU para Refugiados
UNFPA Fundo de População das Nações Unidas
unicef para cada criança

Apoio:

Avina
Poder Judiciário do Estado de Roraima
UFRR

Relatoria: Isis Lima Soares, Mariana kz e Mariana Manfredi
Sistematização e edição: Isis Lima Soares e Mariana Manfredi | Entremeios - Articulação e Formação
Parceria: Soraia Silva de Mello | Solução Design de Processos Participativos
Fotos: Amanda Souza | Ascom ESMPU e Lia Kunzler | Ascom PR-RR
Ilustrações: Mariana Kz | Coletivo Entrelinhas
Diagramação: Mariana Moura | Entremeios - Articulação e Formação

Este relatório foi elaborado com o apoio do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
Dezembro/2018

O Projeto Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil tem por objetivo fomentar a discussão em torno da necessidade de se estabelecer políticas locais de acolhimento, abrigamento e integração para refugiados e migrantes.

Quem realiza

Compõe a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Defensoria Pública da União (DPU).

Quem participou

O Simpósio e as oficinas contaram com a presença de cerca de 450 pessoas, advindas de organizações internacionais, sociedade civil, órgãos municipais, estaduais e federais, estudantes e migrantes venezuelanos, indígenas e não indígenas. Estiveram presentes policiais rodoviários federais, integrantes das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), assistentes sociais da prefeitura dos municípios Boa Vista, Pacaraima e Rorainopólis, membros e servidores do Ministério Público da União (MPU), integrantes das Forças Armadas que atuam na Operação Acolhida, indígenas Warao e E'ñepá, organizações sociais, entre outros.

RESUMO DAS ATIVIDADES

Simpósio

Se antes a migração venezuelana era vista como um problema para Roraima, o Simpósio "Refugiados e Migrantes em Roraima: como acolher e integrar?", realizado no dia 22 de novembro, em Boa Vista, mostrou que o movimento migratório agora é visto como uma oportunidade de desenvolvimento para o estado e para o Brasil. Esse foi o entendimento predominante entre os participantes do evento.

Mesa 1 – Contexto da Política Nacional Migratória e de Refúgio

Fabiano de Moraes, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/GT Migrações, iniciou o encontro declarando que as migrações são uma característica humana, desde nossos antepassados mais distantes. Estima-se que, em 1500, a população indígena no Brasil estava entre 2 e 6 milhões de pessoas, e pós-colonização chegaram cerca de 100 mil migrantes portugueses e 650 mil africanos escravizados. Enfatizou que diversas legislações sobre o tema vigoraram durante esse período, sendo que a maior parte delas esteve comprometida com a execução de uma política de "branqueamento" do país. Em 2017, finalmente, foi aprovada a Lei de Migração (Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017) , que trata o movimento migratório como um direito humano, combatendo a xenofobia e a discriminação e trazendo uma perspectiva de direitos aos povos migrantes.

Ana Luisa Zago de Moraes, da Defensoria Pública da União (DPU), afirmou que a DPU entende que é preciso que a Política Nacional Migratória maximize os valores consagrados na Lei nº 13.445/2017, promova articulação entre a previsão de direitos e sua efetivação, assegurando transversalidade com outras políticas públicas (especialmente saúde, educação e assistência social); tenha a simplificação de procedimentos como diretriz; incorpore Pactos Globais para as Migrações e Refúgio; invista na criação de conselhos participativos (exemplo de São Paulo/SP), dê prioridade para grupos vulneráveis (crianças, vítimas de tráfico de pessoas e trabalho escravo, refugiados, indígenas, migrantes em situação de rua, mulheres) e não baseie a política na presunção de fraude.

Cristiane Sbalqueiro, representante do Ministério Público do Trabalho, reiterou que Roraima e Boa Vista podem crescer com a migração via Plano Plurianual, e disse que, para isso, é preciso focar nas possibilidades e aproveitar para criar uma intervenção duradoura. São caminhos possíveis: a agricultura familiar para indígenas e não indígenas, na perspectiva da solidariedade; a catalisação do movimento migratório para implementação *da Política de Resíduos Sólidos no estado de Roraima;* a real qualificação das ações e da mão de obra e investimento em ciência e tecnologia e a estruturação do turismo na região.

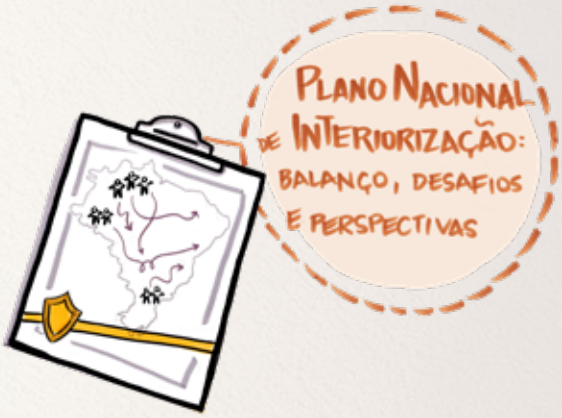
Cyntia Sampaio, da Escola Superior do Ministério Público da União, fez uma análise sobre a institucionalização da Política Municipal para a População Imigrante de São Paulo, criada em 2013, destacando que a gestão migratória acontece em nível local: *"É na cidade que os migrantes vivem, contribuem e sentem dificuldade"*. Dentre tantas características, ressalta-se que a política paulistana tem a participação social como ferramenta de gestão, uma vez que todos os processos são criados em parceria com a sociedade civil brasileira, que se organiza em grupos, movimentos e instituições, lideradas por migrantes, acompanhada do corpo técnico da prefeitura.

Relatos de experiências de acolhida de Venezuelanos em São Paulo

Leticia Carvalho, da Missão Paz - SP, apresentou a experiência da instituição na temática da migração, que engloba desde o acolhimento até a promoção de incidência política. A atuação com a imprensa é um eixo forte da instituição, que tem como objetivo dar visibilidade ao fluxo migratório e possibilitar acesso mais humanizado à imprensa, sem sensacionalismo. De março a agosto de 2018 emplacaram 300 matérias, sendo 89 referentes à migração venezuelana.

Jennifer Anyuli, da Coordenação de Políticas Públicas para Imigrantes e Promoção de Trabalho Decente, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, apresentou a política de São Paulo e destacou a criação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), primeiro serviço do tipo no país, gratuito e de portas abertas, para todas as nacionalidades. Ele oferece atendimento especializado para imigrantes, em nove idiomas, em especial orientações para regularização migratória, encaminhamentos para a rede pública de serviços, empregabilidade, entre outros.

Mesa 2 – Plano Nacional de Interiorização: balanço, desafios e perspectivas

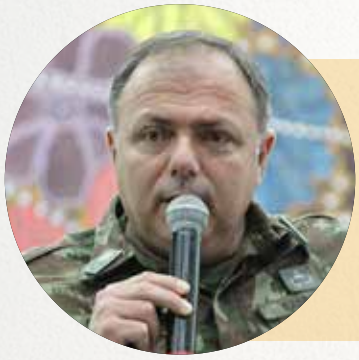


Viviane Esse, da Casa Civil da Presidência da República, apresentou dados referentes ao Plano Nacional de Interiorização, um dos pilares da Operação Acolhida, junto ao ordenamento e acolhida. Segundo ela, a interiorização tem como objetivo oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos migrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. Ela acontece de maneira voluntária, e configura-se como a grande saída para garantir a permanência e acolhimento efetivo para os migrantes.

Yssyssay Rodrigues, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou o escopo de trabalho da instituição e as ações desenvolvidas em relação à população venezuelana em Roraima e no processo de interiorização. Segundo a OIM, migrante é qualquer pessoa que se desloca ou tenha se deslocado através de uma fronteira internacional ou dentro de um país, fora de seu lugar de residência habitual, independentemente de: sua situação jurídica; o caráter voluntário ou involuntário do deslocamento; as causas do deslocamento; ou a duração de sua estadia.

Pablo Mattos, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), apresentou a instituição e afirmou que o ACNUR entende que, para otimizar o Programa de Interiorização, é necessário contemplar mais perfis e novos parceiros, conceber novos formatos de interiorização e produzir um legado da interiorização.

Elisângela Dias Barbosa, da Cáritas de Roraima, falou sobre os desafios que vêm enfrentando ao longo do tempo no acolhimento e interiorização da população migrante venezuelana: *"O maior desafio é a cultura xenófoba, que ainda está presente e preocupa tanto os migrantes, quanto os agentes de direitos humanos que vêm sofrendo ameaças e 'sentindo na pele' os desafios de trabalhar com esse público. Além dele, o cenário político brasileiro também é preocupante, uma vez que o país passou por intensos processos de participação e diálogo entre governo e sociedade civil, e agora não se sabe como será feito o controle social, a participação social e a relação entre estado e sociedade civil".*



General Eduardo Pazuello, da Força Tarefa Logística Humanitária de Roraima, apresentou a Operação Acolhida em detalhes, destacando o papel das Forças Armadas em sua realização, bem como a parceria com diversas organizações locais e internacionais: *"A missão da força-tarefa é cooperar com os todos os níveis de governo com o objetivo de recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interioriza os migrantes. É uma operação conjunta, interagência e humanitária".*

Mesa 3 – A Migração Indígena Venezuelana

Jaqueline Rocha, da Casa de Los Niños, reconheceu a importância da mesa estar focada no tema migração indígena, uma vez que trata-se de um público muito diverso e que precisa ter assegurado seus direitos específicos. Contou, ainda, da experiência da Casa de los Niños, que acontece no abrigo de Pintolândia desde agosto de 2017, e visa o ensino do português como terceira língua e a manutenção da cultura tradicional indígena por meio da educação. É composta por 11 professores indígenas migrantes, que realizam as atividades tradicionais. *"Atuar com crianças/adolescentes indígenas e migrantes é trabalhar com o público mais vulnerável de todos".*

Ir. Clara, da Fraternidade Internacional, enfatizou que, para trabalhar com migrantes indígenas, é necessário *"descolonizar a forma de pensar para tentar se aproximar da forma como eles pensam"*. Disse, ainda: *"Está evidente que, para fazer unidade com esses irmãos, a busca de solução deve estar vinculada ao tempo deles, à forma de vida deles, afinal não se sabe como ficará a situação na Venezuela, quanto tempo deverá durar, e independente disso, há muito tempo os indígenas já vivem sem suas terras e sem acesso a direitos"*.

Erika Yamada, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), apresentou a pesquisa sobre atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Dentre as análises produzidas, as conversas com o poder público tornam evidentes as dúvidas em relação a haver obrigações do estado para com os migrantes indígenas, somado a relatos de considerável omissão: *"Tais dúvidas e esse reconhecimento parcial revelavam uma boa dose do racismo institucional que perdura nas nossas instituições"*. Segundo Erika, para além dos trabalhadores, a política pública é pensada desconsiderando atender a especificidade de povos indígenas, sejam eles originais ou não do território brasileiro.

Eduardo Tarragó, Perito em Antropologia do Ministério Público Federal, conceituou o papel atribuído à antropologia no contexto de processos migratórios e informou que, no âmbito das atribuições do Ministério Público Federal, o trabalho pericial constitui-se em instrumento que auxilia na tomada de decisão do/a Procurador/a da República. Nesse contexto, quatro trabalhos periciais foram feitos em relação ao fluxo migratório indígena: identificar a dinâmica social das comunidades indígenas que têm se deslocado da Venezuela para o Brasil; compreender a dinâmica e a composição familiar na etnia Warao; realizar censo sobre os indígenas Warao localizados nos estados do Amazonas, Pará e Roraima; e avaliar os impactos da gestão militarizada sobre os abrigados no Abrigo Provisório ao Imigrante Venezuelano.

Elaine Moreira, Professora e Antropóloga da Universidade de Brasília, fez uma contextualização sobre quem são os Waraos e os atuais desafios para acolhimento desta população. Disse que atualmente os Waraos estão nos abrigos exclusivos para indígenas, em Boa Vista e Pacaraima, devido à luta da sociedade civil para conquistar esse espaço. Elaine ressanta que, ainda assim, há muito que se avançar nas políticas respeitando a mobilidade tradicional desse grupo. Roraima está, segundo ela, *"vivendo uma grande oportunidade de inventar e recriar formas de acolhê-los"*.

Baldíleo Centeno, Warao estabelecido no abrigo Pintolândia, em Boa Vista, falou em nome dos 650 Waraos que migraram para o Brasil nos últimos tempos: *"Estamos lutando por todos, pela melhoria da vida dos nossos filhos. Meu coração sempre estará na luta para defender a comunidade, e essa comunidade agora está no Brasil. Pedimos ao indígenas daqui que lutemos juntos. Toda a fronteira deve ser dos povos indígenas, pois somos indígenas, somos povo tradicional da América Latina".*

Mesa 4 – Experiências Locais na Atenção a Migrantes e Refugiados

Nilsa del Carmen Hernandez, da Valientes por La Vida/História de Vida, é uma migrante venezuelana que chegou ao Brasil há 8 meses. Durante sua fala, apresentou brevemente um dos grupos que vêm articulando a presença de seus conterrâneos no Brasil, e afirmou: *"Acreditamos que o ato de compartilhar uma história é uma forma de criar realidade. Só é possível fazer com que as pessoas saiam da invisibilidade quando se conta uma história'.*

Jaqueline Ferreira, representante do Unicef/Proteção e Educação em Emergência, apresentou a experiência do Projeto O Bem Comum, uma realização da Fraternidade - Federação Humanitária Internacional, em parceria com outras instituições, que dispõe de uma escola em Pacaraima, e também espaços de aprendizagem nos abrigos, para que a criança possa manter contato com conteúdos educacionais e socialização, além de manter vínculos comunitários e culturais. A ação também busca gerar elementos para *advocacy* com sistemas formais de educação. Segundo Jaqueline: *"É um espaço para preparar a criança para o sistema formal, e manter vínculos culturais".*

Ir. Telma Lages, do Centro Migrações Direitos Humanos - CMDH, apresentou um breve resumo da atuação de sua instituição em Roraima ancorada em três pontos: realidades, desafios e esperanças. Segundo ela, os desafios são muitos, e as agências internacionais não podem se destinar apenas aos refugiados que estão em situação de abrigamento: *"Se temos 200 abrigados, temos mais de 20 mil sem abrigo e que precisam de atenção. Onde tiver um direito violado, é preciso combater. Muitas vezes nós mesmos violamos direitos e não percebemos".*

Pe. Jesus de Bobadilla, da Pastoral da Mobilidade, teceu considerações sobre como Roraima tem recebido a população venezuelana, e os desafios do país em relação à interiorização. Ressalta que muito se fez no sentido da acolhida, mas na parte da integração pouco foi realizado: *"Para integrar, primeiro temos que desintegrar. Isso significa mudar o preconceito que temos com os venezuelanos, de que eles são um perigo, são vagabundos. É preciso pensar em projetos que alterem a visão dos brasileiros, pois a xenofobia é um perigo imenso."*

OFICINAS

As oficinas buscaram capacitar os atores da rede local e promover a discussão sobre temas relacionados ao fluxo migratório no estado, normativas, gestão migratória em nível local, grupos de atenção especial (mulheres, LGBTTI, crianças, indígenas, pessoas em situação de rua), violação de direitos humanos, inserção laboral e comunicação. As atividades de capacitação do projeto Atuação em Rede chegaram a Roraima no momento em que a Operação Acolhida criou condições de atender emergencialmente a grande maioria das pessoas que têm entrado no país pelo estado, principalmente no tocante ao acolhimento, ao abrigamento e à emissão de documentos, de maneira que é possível dar início a discussão sobre a integração dos venezuelanos.

Oficina 1 - Nova Lei de Migração, Lei do refúgio, Direitos e Acesso à Justiça

Responsáveis: João Chaves (DPU) e Guadalupe Louro Turos Couto (MPT)

Objetivo: Apresentar a nova legislação de migração e refúgio e identificar desafios e estratégias, no âmbito local e nacional, para melhor integração de migrantes venezuelanos à sociedade brasileira.

Resumo da atividade:

Após dialogarem sobre diferentes questões referentes à situação atual e as possibilidades de integração, os participantes levantaram propostas e encaminhamentos para integração da população migrante. Dentre as principais sugestões estão:

- Criação de cursos de línguas e escola de formação, com foco em fortalecer a economia local e facilitar o processo de integração e regionalização.
- Fomento a políticas públicas que tenham como foco facilitar a revalidação de diplomas, a tradução e acesso a documentos.
- Replicação do modelo de acolhimento inicial em abrigos de Boa Vista e Pacaraima em outras cidades e garantia de casas subsidiadas pelo estado como forma de fortalecer o processo de integração.

- Capacitação dos profissionais de políticas públicas de serviços essenciais para acolhida e recebimento de migrantes.
- Promoção de processos que articulem as 3 esferas de poder, garantindo comunicação e respeito aos fluxos de políticas para migrantes e não migrantes.
- Investimento na criação de estruturas permanentes, que possam ficar de legado para o município e estado, como os postos de triagem e centros de acolhida.
- Criação de propagandas que mostrem as vantagens da migração para a população local.
- Estabelecer parcerias com universidades para agilizar e diminuir os custos do processo de revalidação dos diplomas.
- Cursos de apresentação do mercado laboral brasileiro, em termos jurídicos e culturais, estabelecendo parcerias com os conselhos profissionais, pensando na integração com a profissão localmente.

Oficina 2 - Gestão Migratória em Nível Local

Responsáveis: Cyntia Sampaio (ESMPU) e Jennifer Anyuli (CPMig/SMDHC-SP)

Objetivo: Promover uma discussão sobre os fluxos migratórios no Brasil e no mundo e apresentar as políticas criadas no município de São Paulo sobre o tema.

Resumo da atividade:

As facilitadoras diferenciaram conceitualmente a situação de refúgio e de migração, e teceram considerações sobre o fato de que mundialmente os movimentos migratórios tem forte predominância de mulheres, e que ocorrem uma série de violações específicas com esse público e também discriminação racial: *"A migração sempre envolve classe social, raça e gênero. Não é algo isolado, e o olhar para o migrante deve sempre levar em conta suas características. Um migrante angolano em São Paulo, por exemplo, tem muito mais dificuldade de arrumar trabalho do que uma pessoa branca de outro país. A origem, a cor da pele, pode ser um privilégio ou um ponto de dificuldade".*

Destacaram que no caso de Roraima, o fluxo migratório trouxe visibilidade para um território pouco conhecido no Brasil e aumentou as possibilidades de emprego. Afirmam que: *"É preciso alimentar um sentimento de que aquilo que for construído por ocasião de um fluxo não é apenas para uma população específica, mas um patrimônio, um legado que fica para a sociedade como um todo, pois é resultado do fortalecimento de atores e instituições. Essas mudanças não são pontuais, mas são embriões que geram mudanças duradouras".*

Em relação à experiência de São Paulo, informaram que o município possui 385.120 migrantes em situação migratória regular, oriundos de mais de 150 países. É a cidade brasileira que recebe a maioria dos migrantes, ainda que o total represente apenas 3,4% da população paulistana (em um universo de 12, 1 milhões de habitantes). Foi apresentado o trabalho da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, um órgão recente e pioneiro que tem como atribuições específicas:

(i) articular a implementação da Política Municipal para Imigrantes e coordenar o Conselho Municipal de Imigrantes;

(ii) promover a integração local, a igualdade de direitos e de oportunidades aos imigrantes que garantam acesso universal aos serviços públicos, o respeito à diversidade e à interculturalidade, combatendo a xenofobia e toda forma de discriminação;

(iii) coordenar e fortalecer o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes – CRAI;

(iv) fomentar a participação social dos imigrantes na formulação de políticas públicas.

Oficina 3 - Gênero, Migração e Rede de Proteção – Onde eu me insiro?

Responsáveis: Patrícia Melo (UNFPA) e Leila Adesse (Fiocruz)
Apoio: Evelyn Luz, Yareidy Perdomo e Lukas Rezende (UNFPA)

Objetivo: Promover o conhecimento mais aprofundado sobre formas de violência baseada em gênero no contexto de migração, com ênfase no que pode ser feito para acolher, ajudar e proteger as vítimas, mas principalmente, fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e população LGBTTI em Roraima.

Resumo da atividade:

A oficina assegurou espaço para discussão e compartilhamento de relatos, questões e estudos de caso em pequenos grupos em relação aos seguintes temas:

- mecanismos legais e dispositivos existentes no território para casos de violência baseada em gênero (VBG);
- o papel de cada ator na rede de proteção de Boa Vista, o funcionamento dos serviços existentes, e a atuação dos profissionais que atendem mulheres, crianças, adolescentes, LGBTTIs e refugiados vítimas de violência no contexto migratório;
- fortalecimento da rede de proteção de Boa Vista e construção de um fluxo de atendimento para casos de violência contra esse público.

Oficina 4 – Assistência Técnica e Fortalecimento de Capacidades sobre Direitos Humanos das Crianças Migrantes e Refugiadas

Responsáveis: Lívia Lemos Falcão de Almeida, (CIDH), João Chaves (DPU) e Jaqueline Ferreira (Unicef/Proteção e Educação em Emergência)

Objetivo: Conceituar a questão da infância migrante, apresentar o trabalho realizado pelas instituições e promover debate a respeito de como aprimorar a assistência técnica e o fortalecimento de capacidades sobre direitos humanos das crianças migrantes e refugiadas.

Resumo da atividade:

A partir das perguntas *Qual o seu contato com o tema da infância migrante?, Quais os desafios enfrentados com o tema da infância migrante? e O que você entende por superior interesse da criança?,* os participantes apresentaram suas visões e posteriormente conheceram a atuação da CIDH e da DPU na área. Ao final da atividade, os participantes levantaram propostas para o aprimoramento da assistência técnica e o fortalecimento de capacidades sobre direitos humanos das crianças migrantes e refugiadas. As principais sugestões apontadas foram:

- aprimorar as equipes técnicas da defensoria e polícia, com assistentes sociais e psicólogos para promover escuta mais qualificada da criança e do adolescente;
- realizar capacitação de professores para assegurar melhores condições de integração e proteção de crianças e adolescentes;
- intensificar campanhas de divulgação de mecanismos já existentes para prevenir tráfico de pessoas e exploração sexual em regiões de fronteiras e estradas;
- reforçar o controle e fiscalização migratória em Lethem - Bonfim para prevenir graves problemas de tráfico de pessoas na região;
- assegurar que quando a criança for interiorizada, que ela saia com uma declaração de que trata-se de uma criança em processo migratório de interiorização;
- promover fortalecimento institucional da FUNAI;
- promover segurança alimentar: crianças com necessidades especiais de alimentação não estão recebendo acesso. A realidade dos abrigos é de pobreza nutricional das comidas oferecidas, sem variedade, oferecendo riscos ao desenvolvimento infantil;

- disponibilizar nutricionista nos abrigos e promover aproximação com cooperativas agrícolas;
- propor à prefeitura e ao governo local que as famílias não percam o benefício do Bolsa Família enquanto a criança não tiver acesso à escola;
- incluir o tema dos menores desacompanhados para que possam ser abrigados pela Operação Acolhida, e não apenas via Conselho Tutelar;
- ampliar a compreensão: o foco no tráfico de drogas desvia o foco do problema crucial que é o tráfico de pessoas.

Oficina 5 - Violação de Direitos Humanos em contexto de Emergência

Responsáveis: Igo Martini (UNFPA) e Márcio Rosa (MPE/RR)

Objetivo: Promover reflexão acerca da temática de direitos humanos e estimular a criação de uma campanha contra xenofobia.

Resumo da atividade:

Diversas perguntas desencadearam o diálogo entre os participantes durante a oficina: *Você já tomou conhecimento direto ou presenciou uma violação de Direitos Humanos contra migrantes ou refugiados venezuelanos? Qual Direito Humano é mais frequentemente violado, segundo sua percepção? Você conhece algum canal de proteção de Direitos Humanos? Você participaria de algum Conselho de Direitos ou de algum espaço de participação popular para elaboração de políticas públicas? Quais os desafios da rede de proteção de direitos humanos? Quais os principais riscos que podem sofrer migrantes e refugiados?*

A partir delas, ficou clara a necessidade de ampliar a compreensão sobre direitos humanos, uma vez que *"é comum as pessoas não reconhecerem que já sofreram alguma violação de direitos humanos, por não saberem o que são, mas ao discutirmos os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais percebemos que quase todos sofrem violação de direitos humanos", afirma* Márcio Rosa.

Na sequência, os participantes dialogaram sobre os desafios da rede de proteção de direitos humanos e sobre os principais riscos que os migrantes e refugiados podem sofrer. Principais desafios identificados:

- fazer campanhas para diminuir a xenofobia, exaltando o lado bom da migração, por meio de universidades, CRAS e outros equipamentos públicos;

- promover orientação preventiva de mulheres;
- assegurar agilidade judicial na identificação e na punição, na reinserção social das vítimas, no fortalecimento das instituições componentes da rede de proteção para garantir a sinergia das ações;
- realizar campanhas para o empresariado no sentido de estimular a contratação de migrantes;
- construir mais abrigos, especialmente para pessoas com necessidades especiais.

Oficina 6 - Inserção Laboral e Protocolo de Denúncias de Exploração

Responsáveis: Safira Nila de Araújo Campos Rodrigues (Ministério Público do Trabalho), Tainá Aguiar (Organização Internacional para as Migrações) e Aline Soares Papazis (Defensoria Pública da União)

Objetivo: Conhecer a experiência dos participantes na área de inserção laboral e oferecer ferramentas que favoreçam a criação de oportunidades para migrantes, bem como as denúncias no campo do trabalho.

Resumo da atividade:

Além de apresentar o escopo de trabalho de suas instituições, as facilitadoras promoveram conversas a respeito da origem migrante dos participantes, e das dificuldades que os migrantes venezuelanos enfrentam para a inserção no mercado de trabalho. Posteriormente os participantes dialogaram sobre uma lista de questões, buscando conceber possíveis encaminhamentos. Abaixo, um resumo dos principais aspectos listados:

- oferta de informações aos migrantes na entrada do país sobre prevenção ao aliciamento e tráfico de pessoas;
- ampla divulgação da cartilha do MPT, em espanhol, sobre direitos e deveres laborais;
- estruturação de um serviço de intermediação e acompanhamento da contratação de migrantes com representação do MTE e MPT, com visitas de fiscalização;
- isenções em impostos para empresas que contratarem refugiados;
- atuação do SINE na intermediação de contratações em Pacaraima.

Oficina 7 - Migrantes e Refugiados em Situação de Rua

Responsáveis: Pablo Mattos (ACNUR), Fernando Novoa (OIM), Daniel Martins (Reach Institute) e Lígia Prado da Rocha (DPU)

Objetivo: Promover reflexão acerca da temática de direitos humanos e criar uma campanha contra xenofobia.

Resumo da atividade:

A oficina propôs uma discussão sobre migrantes e refugiados em situação de rua a partir da experiência de Roraima. Foi feita uma retrospectiva do histórico da população migrante de rua na região, que começa antes da Operação Acolhida, com os índios Waraos, que viviam na região da rodoviária. A atividade seguiu com diversas interações a partir de perguntas disparadoras. Finalizadas as discussões, os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho para construir possíveis alternativas às ideias conversadas até então. Abaixo, resumo das principais questões apontadas:

- migrantes devem ter autonomia por meio de capacitação, empregabilidade e empreendedorismo;
- facilitação e flexibilidade de reconhecimento de diploma ajudaria na defasagem de profissionais;
- estímulo à organização cooperativa (cooperativa de trabalho, tratamento de resíduos sólidos, cooperativas de moradia, condomínios populares etc.);
- criação de campanha de imagem positiva do migrante para aumentar a oferta de crédito e trabalho;
- incorporação dos migrantes como trabalhadores nos projetos destinados à própria população migrante (terceirização de alimentação, por exemplo);
- importância dos consultórios de rua.

Oficina 8 - Migrantes Indígenas

Responsáveis: Manoela Lamenha (MPF-RR), André Paulo (MPE/RR), Tania Dias (ACNUR), Elaine Nogueira (UnB) e Edson Damas

Objetivo: Oportunizar a escuta e troca de experiências entre indígenas e pessoas que estão atuando nessa área.

Resumo da atividade:

A presença de Waraos durante a oficina fez com que a escuta de seus testemunhos se tornasse o foco da atividade, acompanhado da apresentação de informações sociais, territoriais e em relação a acesso a direitos.

Para finalizar a atividade, as facilitadoras propuseram duas perguntas para entender qual o modelo de escuta mais adequado para os Warao: *Como vocês esperam ser ouvidos por meio de quais interlocutores e por meio de qual metodologia? Qual a avaliação que vocês fazem dessa forma de oitiva realizada desse momento?* O grupo aponta que o melhor caminho é falar com um grupo de Waraos, que fica responsável por voltar para o abrigo e conversar com todos os outros, e leva as decisões na sequência. É muito difícil para eles fazer conversa com os brancos, então, desse jeito eles têm tempo para refletir e tomar decisões.

Como encaminhamento, aponta-se a necessidade de aprofundar os espaços de escuta dos Waraos estabelecendo fluxos mais claros, constantes e efetivos. Além disso, o Ministério Público se responsabilizou por pautar a criação do Plano de Educação para os Waraos e Eñepás e o grupo se articulou para retomar as discussões sobre o acesso às folhas de buriti para o artesanato. A FUNAI irá discutir internamente a questão do buriti para pensar em como pode colaborar no diálogo com outras etnias.

Em 2019, o ACNUR irá retomar o Grupo de Trabalho Indígena dentro do esquema de coordenação da Resposta ao Fluxo Misto de Deslocamento Forçado de Venezuelanos, almejando a participação de autoridades indigenistas na liderança do Grupo. Também, em 2019, o ACNUR espera a missão de um especialista em questões indígenas em deslocamento forçado para apoiar a estratégia de intervenção com indígenas venezuelanos no Brasil.

Oficina 9 – Media Training para atores envolvidos no acolhimento e integração de refugiados e migrantes

Responsável: Leonardo Medeiros (Conectas Direitos Humanos)

Objetivo: Abordar a comunicação como uma ferramenta estratégica para o trabalho de acolhimento e integração de refugiados e migrantes.

Resumo da atividade:

Mais do que uma oficina, a atividade se propôs a ofertar um treinamento a membros da sociedade civil, do sistema judiciário e do poder público sobre a importância de se estruturar um departamento de comunicação nas organizações em que atuam, bem como tratar o tema com a devida importância no fazer cotidiano das instituições. Durante seis horas, cerca de 10 participantes adquiriram conhecimento sobre como utilizar a comunicação de maneira estratégica e como a imprensa pode beneficiá-las no alcance de seus objetivos e resultados, além de praticarem a produção de uma pauta jornalística e a participação em entrevistas individuais.

QUEM É QUEM

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR): organização global dedicada a salvar vidas, a proteger os direitos e a construir um futuro melhor para os refugiados, às pessoas deslocadas de forma forçada e aos apátridas. No contexto de Roraima, participa da estratégia de resposta intersetorial, por meio do Comitê Federal de Assistência Emergencial, composto por ordenamento de fronteira, abrigamento e estratégia de interiorização.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): dispõe de uma Secretaria Executiva de Monitoramento, Promoção e Cooperação Técnica em Direitos Humanos (composta por relatorias temáticas como LGBT, direitos da mulher, migrantes, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade etc), que investiga e produz informes temáticos, com o objetivo de dar visibilidade a situações que, por vezes, são invisibilizadas. Não tem poder judicial.

Defensoria Pública da União (DPU): tem a incumbência de oferecer orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus, perante o Poder Judiciário da União. Além da atuação individual no caso de violação do direito trabalhista, atua também em grupos de trabalho (um deles de combate ao trabalho escravo), mas também se envolve com ações e políticas públicas de prevenção às violações. A atuação em Roraima é fruto da participação da DPU na Ação Global contra o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes. Na Operação Acolhida, cabe à instituição realizar a representação legal e análise de proteção para crianças e adolescentes separados, desacompanhados ou indocumentados (Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU).

Ministério Público do Trabalho: tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público e regularizar e mediar as relações entre empregados e empregadores. Atua também na gestão e apoio à inserção de migrantes no Brasil, buscando promover o acolhimento e a integração através do trabalho decente e qualificado, com respeito à dignidade da pessoa humana.

Organização Internacional para as Migrações (OIM): tem como princípio o fato de que a migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade. Atua, junto com parceiros na comunidade internacional, para enfrentar os crescentes desafios operacionais da gestão migratória; avançar na compreensão das questões relacionadas à migração; fomentar o desenvolvimento social e econômico através da migração e proteger a dignidade humana e o bem estar dos migrantes. Em Roraima, atua em todas as etapas da Operação Acolhida, desde o ordenamento de fronteira até a realização de iniciativas voltadas para inclusão laboral e apoio ao empreendedorismo à população interiorizada.

Unicef: tem como objetivo de colocar as crianças e adolescentes na centralidade das ações, uma vez que as crianças sofrem os efeitos físicos e psicológicos e legais da migração. Em Roraima atua em parceria com outras organizações na implementação de espaços de aprendizagem e espaços amigos da criança, participa de oficinas de capacitação sobre proteção contra a exploração e o abuso sexual, realiza ações no âmbito da alimentação e nutrição, realiza avaliação nutricional de crianças, além de responder pelos únicos "cantinhos de amamentação" para a população migrante.

+55 11 993 797 059
contato@entremeios.me
www.entremeios.me